

INVENTÁRIO DE EMISSÕES DE GASES DO EFEITO ESTUFA

RELATÓRIO DAS EMISSÕES DO ANO 2025

Assessoria de Gestão Estratégica
Coordenadoria de Sustentabilidade,
Acessibilidade e Integridade

ÍNDICE

- INTRODUÇÃO

- DADOS RELATIVOS AO INVENTÁRIO

- ESCOPOS DO INVENTÁRIO

- RESUMO DAS EMISSÕES TOTAIS DE GEE

- GRÁFICO DAS FONTES EMISSORAS

- OPORTUNIDADES DE MELHORIA

- INTEGRAÇÃO DE AÇÕES E SUSTENTABILIDADE INSTITUCIONAL

- CONCLUSÃO



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Administração Biênio 2024-2026

PRESIDENTE DO TRIBUNAL

ANA PAULA PELLEGRINA LOCKMANN

VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVO

HELICIO DANTAS LOBO JUNIOR

VICE-PRESIDENTE JUDICIAL

WILTON BORBA CANICOBA

CORREGEDOR REGIONAL

RENAN RAVEL RODRIGUES FAGUNDES

VICE-CORREGEDOR REGIONAL

EDISON DOS SANTOS PELEGRINI

DIRETOR DA ESCOLA JUDICIAL

LUIZ FELIPE PAIM DA LUZ BRUNO LOBO

VICE-DIRETORA DA ESCOLA JUDICIAL

ELEONORA BORDINI COCA

OUVIDOR

EDMUNDO FRAGA LOPES

VICE-OUVIDORA

ROSEMEIRE UEHARA TANAKA



COMISSÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E DO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO

-  Desembargador Edmundo Fraga Lopes (Presidente)
 -  Desembargadora Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla
 -  Desembargador Fábio Grasseli
 -  Desembargador Eder Sivers
 -  Desembargadora Eleonora Bordini Coca
 -  Desembargador Luis Henrique Rafael
 -  Desembargadora Adriene Sidnei de Moura David
 -  Representante da magistratura do 1º grau: Juíza Rosana Nubiato Leão (titular indicada pela AMATRA XV) e Juíza Maria Lúcia Ribeiro Morando (suplente)
 -  Representante dos servidores: José Aristéia Pereira (indicado pelo Sindiquinze)
- 

COMITÊ DE PATRIMÔNIO, LOGÍSTICA E SUSTENTABILIDADE

Desembargador Marcos da Silva Pôrto

Coordenador

Sofia Lima Dutra

Juíza Substituta

Iara Cristina Gomes

Assessora de Gestão Estratégica

Ana Maria da Silva Oliveira

Assessora da Escola Judicial

Roberto Torres Babini

Coordenador de Comunicação Social

Helen da Silva Paes de Souza

Coordenadora de Sustentabilidade,
Acessibilidade e Integridade

Elisa Beatriz Livoratti da Rosa Moura

Chefe da Divisão de Governança de Contratações
e de Obras

Arthur Ronan de Almeida Alves

Representante da Seção de Patrimônio

Luiz Alexandre Lins Bianchini

Representante da Seção de Suprimentos

INTRODUÇÃO

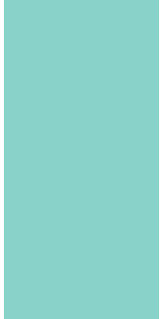
O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT-15), em conformidade com as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), apresenta o Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) referente ao ano de 2025. O documento reúne os resultados das emissões provenientes das atividades institucionais, em atendimento aos seguintes normativos:

- Resolução CNJ nº 594/2024
 - Institui o Programa Justiça Carbono Zero no âmbito do Poder Judiciário;
 - Torna obrigatória a elaboração anual dos inventários de emissões de GEE;
 - Prevê a criação de Planos de Descarbonização específicos para cada tribunal.
- Resolução CNJ nº 400/2021 (com as alterações introduzidas pela Resolução nº 594/2024)
 - Dispõe sobre a Política de Sustentabilidade do Poder Judiciário;
 - Determina a inclusão de indicadores de descarbonização nos Planos de Logística Sustentável (PLS).
- Agenda 2030 da ONU
 - Assegura o alinhamento ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 13 (ODS 13) – Ação Contra a Mudança Global do Clima;
 - Promove a integração com as demais metas de sustentabilidade institucional.

O presente inventário foi elaborado em conformidade com as melhores práticas internacionais de contabilidade de carbono, abrangendo os três escopos definidos pela Resolução nº 594/2024 do CNJ e contemplados pelo GHG Protocol. Este relatório consolida os dados de emissões do TRT-15 e tem como finalidade:

- Acompanhar o desempenho ambiental institucional;
- Apoiar a execução do Plano de Descarbonização do TRT-15;
- Subsidiar o estabelecimento de metas e ações para a redução progressiva das emissões;
- Assegurar o cumprimento das obrigações de transparência e prestação de contas.
- Os resultados apresentados reforçam o compromisso do TRT-15 com a sustentabilidade ambiental e com a excelência na gestão pública, em alinhamento às diretrizes do Poder Judiciário brasileiro.





DADOS RELATIVOS AO INVENTÁRIO

ANO DO INVENTÁRIO

2025

EMISSIONES TOTAIS DESTE CICLO

832,96 toneladas de CO₂ equivalente

ABORDAGEM DE CONSOLIDAÇÃO

Controle Operacional

LIMITES OPERACIONAIS

Escopo 1: Combustão estacionária

Combustão móvel

Emissões fugitivas

Escopo 2: Abordagem por localização

Escopo 3: Viagens a trabalho



ESCOPOS DO INVENTÁRIO

ESCOPO 1 – EMISSÕES DIRETAS

Refere-se às emissões próprias do TRT-15, geradas por fontes controladas pela instituição. Inclui:

1. Frota de veículos (diesel, gasolina, flex).
2. Geradores a combustível (diesel/gasolina).
3. Vazamentos (gases de ar-condicionado, extintores).

Em 2025, as emissões totalizaram 348,77 tCO₂e. Essas emissões devem ser tratadas como prioritárias no Plano de Descarbonização, por meio de medidas como a renovação da frota e o investimento em eficiência energética, incluindo a substituição de combustíveis fósseis por fontes biogênicas.

ESCOPO 2 – EMISSÕES POR ENERGIA ELÉTRICA

Abrange as emissões indiretas decorrentes do consumo de energia elétrica adquirida pela instituição. Foram contabilizados os dados de eletricidade consumida em todas as unidades do TRT-15. Em 2025, essas emissões totalizaram 386,35 tCO₂e (abordagem por localização).

O TRT-15 pode reduzir essas emissões por meio de ações como:

- Adoção de fontes de energia renovável, como solar ou eólica;
- Melhorias em eficiência energética, incluindo sistemas inteligentes de gestão de energia.

ESCOPO 3 – OUTRAS EMISSÕES INDIRETAS

Refere-se às emissões indiretas não controladas diretamente pelo TRT-15, mas associadas às suas atividades institucionais. Em 2025, foram contabilizadas as seguintes emissões:

- Viagens a trabalho: 97,84 tCO₂e.
 - Metodologia: o cálculo considerou o trajeto real dos voos, incluindo escalas, a fim de garantir maior precisão nos resultados.

Essas emissões podem ser reduzidas por meio de:

- Otimização dos deslocamentos, com incentivo ao uso de videoconferências e voos diretos;
- Compensação ambiental, por meio da participação em projetos de carbono.



RESUMO DAS EMISSÕES TOTAIS DE GASES DO EFEITO ESTUFA

Emissões consolidadas, por tipo de GEE e escopos

GEE (t)	Emissões em toneladas métricas, por tipo de GEE			Emissões em toneladas métricas de CO2 equivalente (tCO2e)		
	Escopo 1	Escopo 2 (abordagem por "localização")	Escopo 3	Escopo 1	Escopo 2 (abordagem por "localização")	Escopo 3
CO2	143,024017	386,346538	96,681669	143,024	386,347	96,682
CH4	0,059721	-	0,003590	1,672	-	0,101
N2O	0,022487	-	0,003988	5,959	-	1,057
HFCs	0,103000		-	198,121		-
PFCs	-		-	-		-
SF6	-		-	-		-
NF3	-		-	-		-
Total				348,776	386,347	97,839

EMISSÕES DE ESCOPO 1 - DESAGREGADO POR CATEGORIA

	Combustão estacionária	Combustão móvel	Emissões fugitivas	Total de emissões Escopo 1
CO2 (t)	2,30	139,41	1,31	143,02
CH4 (t)	0,00	0,06	-	0,06
N2O (t)	0,00	0,02	-	0,02
HFC (t)			0,10	0,10
PFC (t)			-	-
SF6 (t)			-	-
NF3 (t)			-	-
CO2e (t)	2,316	147,027	199,433	348,776
Emissões de CO2 biogênico (t)	-	110,517	-	110,517
Remoções de CO2 biogênico (t)				-

EMISSÕES DE ESCOPO 2 - DESAGREGADO POR CATEGORIA

Emissões de Escopo 2

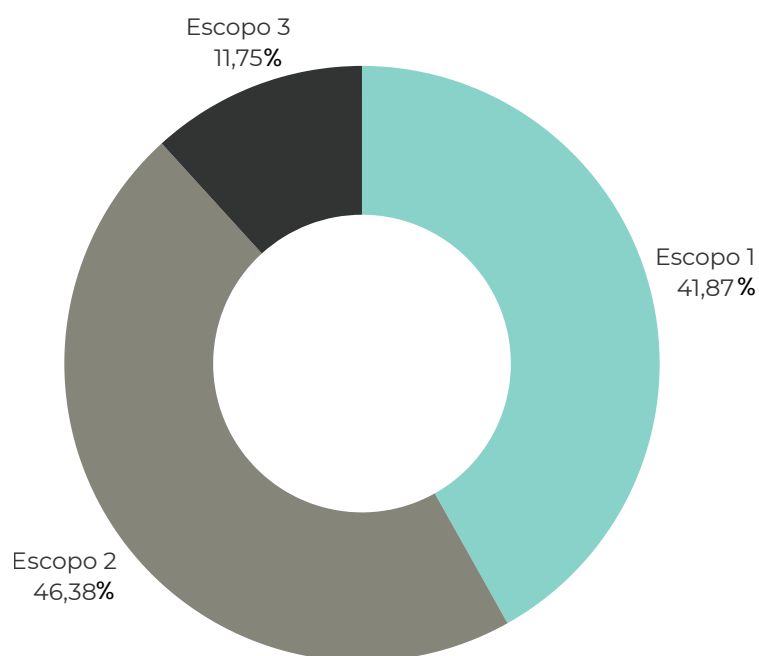
	Abordagem baseada em	
	Eletricidade	Total de emissões
CO2 (t)	386,35	386,35
CH4 (t)	-	-
N2O (t)	-	-
HFC (t)		
PFC (t)		
SF6 (t)		
NF3 (t)		
CO2e (t)	386,347	386,347
Emissões de CO2 biogênico (t)	-	-
Remoções CO2 biogênico (t)		

EMISSÕES DE ESCOPO 3 - DESAGREGADO POR CATEGORIA

Emissões de Escopo 3

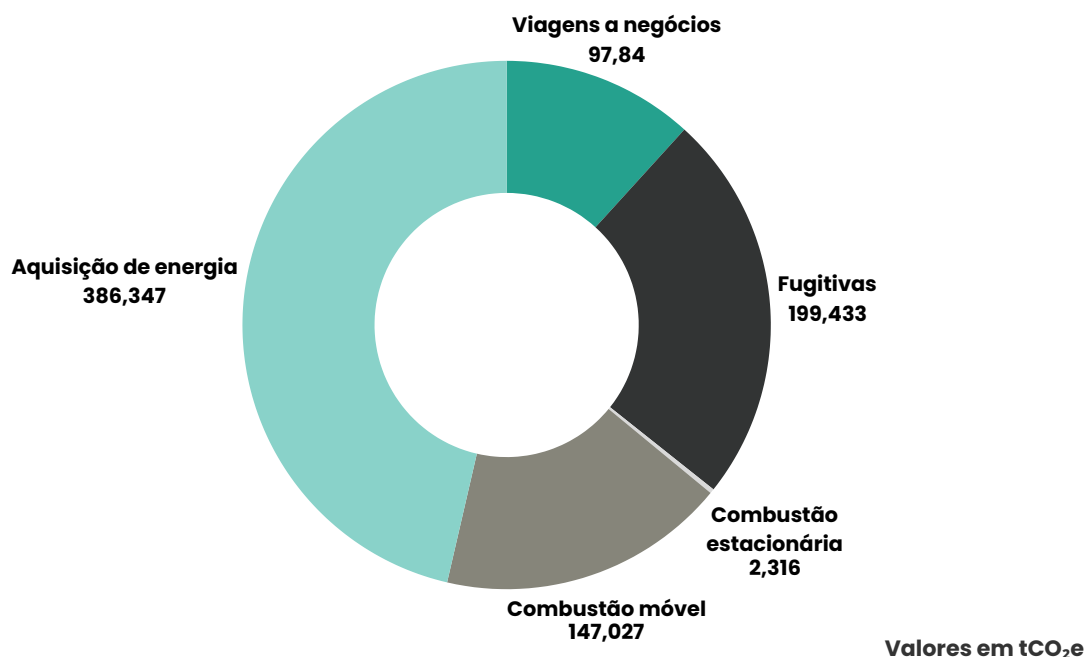
	Categoria 6 Viagens a negócios
CO2 (t)	96,68
CH4 (t)	0,00
N2O (t)	0,00
HFC (t)	
PFC (t)	
SF6 (t)	
NF3 (t)	
CO2e (t)	97,84
Emissões de CO2 biogênico (t)	-
Remoções de CO2 biogênico (t)	-

GRÁFICOS DAS FONTES EMISSORAS



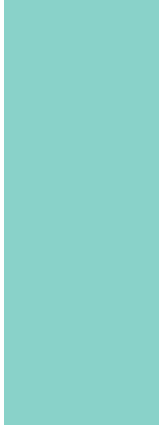
Conforme os dados apresentados, constata-se:

- **Escopo 1 (Emissões Diretas):** Representou 348,77 tCO₂e, correspondendo a 41,87% do total de emissões do TRT15. Estas emissões provêm principalmente da frota veicular oficial, geradores de emergência, gases de sistemas de refrigeração e de sistemas de extintores.
- **Escopo 2 (Emissões Indiretas por Energia):** Totalizou 386,35 tCO₂e, sendo o escopo de maior impacto com 46,38% das emissões totais. Este valor reflete o consumo significativo de energia elétrica nas instalações do Tribunal.
- **Escopo 3 (Outras Emissões Indiretas):** Registrou 97,84 tCO₂e, representando 11,75% do inventário. As principais fontes foram os deslocamentos oficiais dos servidores mediante modal aéreo.



Ao detalhar os dados por categoria, verificam-se as seguintes contribuições para as emissões de GEE do TRT-15:

- Combustão estacionária (geradores e fontes fixas): 2,316 tCO₂e (0,28% do total) — representa a menor parcela das emissões, resultado do uso restrito de geradores a diesel em situações emergenciais ou da baixa demanda por esses sistemas.
- Combustão móvel (frota veicular oficial): 147,027 tCO₂e (17,65% do total) — constitui o principal componente do Escopo 1, evidenciando que a modernização da frota e a substituição por veículos mais eficientes são estratégias prioritárias, em consonância com a depreciação natural dos ativos existentes.
- Emissões fugitivas (vazamentos em sistemas de refrigeração): 199,43 tCO₂e (23,91% do total) — representam impacto mínimo nas emissões totais.
- Eletricidade (consumo energético das instalações): 386,347 tCO₂e (46,4% do total) — corresponde à principal fonte de emissões (Escopo 2), evidenciando a necessidade de mais investimentos em eficiência energética, ampliação de sistemas de energia solar fotovoltaica e contratos de fornecimento de energia proveniente de fontes renováveis.
- Viagens a trabalho (deslocamentos oficiais): 97,84 tCO₂e (11,75% do total). Em 2025, as emissões do Escopo 3 referentes a viagens a trabalho apresentaram leve aumento, alcançando 97,84 tCO₂, em comparação a 91,50 tCO₂ registrados em 2024. Esse acréscimo reforça a necessidade de otimizar deslocamentos institucionais, ampliar a utilização de videoconferências e fortalecer políticas de mobilidade sustentável, com vistas à redução dos impactos associados às atividades administrativas.



OPORTUNIDADES DE MELHORIA

O inventário de gases de efeito estufa constitui instrumento essencial para a gestão das emissões, pois possibilita diagnosticar a situação atual e orientar a definição de ações mais eficientes.

Nesse processo, a fase de levantamento de dados demanda cuidado redobrado, uma vez que impacta diretamente a confiabilidade dos resultados apurados.

Nesse cenário, para além deste relatório técnico, dados adicionais sobre as emissões de GEE provenientes das atividades do TRT-15 estão disponíveis no [Painel BI](#), o que reforça a transparência institucional e torna mais ágil o acompanhamento das informações pelo público interno e externo.



INTEGRAÇÃO DE AÇÕES E SUSTENTABILIDADE INSTITUCIONAL



A integração entre ações técnicas, programas de conscientização de servidores — em consonância com a Resolução CNJ nº 594/2024 — e a alocação estratégica de recursos, especialmente por meio de investimentos em energia solar, tem sido fundamental para converter o Plano de Descarbonização em resultados concretos e mensuráveis no âmbito do TRT-15.

Nesse contexto, merece destaque o esforço institucional empreendido pelo Tribunal na ampliação de sua matriz energética limpa. Já se encontram implantadas usinas fotovoltaicas em unidades como as Varas do Trabalho de Rio Claro, São João da Boa Vista e Barretos, além de São José dos Campos, São José do Rio Preto, Lençóis Paulista e Botucatu, que estão em construção, iniciativas que evidenciam o compromisso do Regional com a transição para fontes renováveis e com a redução da pegada de carbono das atividades jurisdicionais e administrativas.

Paralelamente, o Tribunal avança de forma estratégica nos estudos para adesão ao Mercado Livre de Energia, atualmente em último estágio, medida que poderá ampliar a eficiência energética, otimizar custos institucionais e favorecer a aquisição de energia proveniente de fontes sustentáveis.

Somam-se a essas iniciativas estruturais diversas ações de sensibilização e engajamento do corpo funcional, que vêm sendo intensificadas com o objetivo de estimular práticas cotidianas de consumo consciente de recursos. Nesse mesmo espírito, a Excelentíssima Senhora Desembargadora Presidente, Dra. Ana Paula Pellegrina Lockmann, recentemente publicou novas portarias voltadas ao uso racional de energia em todas as unidades do Tribunal, estabelecendo diretrizes para a redução do tempo de funcionamento dos aparelhos de ar-condicionado e, conseqüentemente, evitando desperdícios energéticos.

Essas medidas integradas — que combinam inovação tecnológica, gestão eficiente e mobilização institucional — contribuem diretamente para diminuir a emissão de gases de efeito estufa, reforçando o alinhamento do TRT-15 às políticas nacionais de sustentabilidade do Poder Judiciário.

Dessa forma, o Tribunal consolida um conjunto consistente de iniciativas que demonstram maturidade na gestão ambiental e fortalecem sua posição como referência nacional em sustentabilidade no âmbito do Judiciário, ao alinhar sua atuação não apenas às obrigações normativas, mas também ao compromisso institucional com a construção de um futuro mais sustentável, eficiente e economicamente responsável.



CONCLUSÃO



Diante dos dados apresentados, conclui-se que o Relatório de Emissões de Gases de Efeito Estufa de 2025 fornece ao TRT-15 um diagnóstico claro das principais fontes de impacto ambiental associadas às suas atividades institucionais. A predominância das emissões relacionadas ao consumo de energia elétrica, à frota veicular e às viagens a trabalho evidencia a importância de direcionar esforços para políticas de eficiência energética, racionalização de deslocamentos e fortalecimento de práticas sustentáveis no âmbito institucional.

Ao mesmo tempo, o cenário apontado pelo relatório demonstra que o Tribunal já se encontra em trajetória consistente de aprimoramento de sua gestão ambiental, com iniciativas estruturantes e medidas de conscientização voltadas à redução do consumo de recursos e, consequentemente, das emissões de gases de efeito estufa.

Assim, o relatório não apenas evidencia desafios, mas também reafirma a importância de dar continuidade às ações estratégicas em curso, de modo a consolidar o alinhamento do TRT-15 às diretrizes de sustentabilidade estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça e a fortalecer o compromisso institucional com uma gestão pública mais eficiente, responsável e ambientalmente sustentável.



UNIDADES TÉCNICAS

- ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
- COORDENADORIA DE SUSTENTABILIDADE, ACESSIBILIDADE E INTEGRIDADE

EQUIPE TÉCNICA DE ELABORAÇÃO

- IARA CRISTINA GOMES
- HELEN DA SILVA PAES DE SOUZA
- YURY SAMPAIO SILVA
- AMANDA DE MELLO VIALI

CAPA E DIAGRAMAÇÃO

- AMANDA DE MELLO VIALI